



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais

**PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E DIREITOS HUMANOS – ERERDH**

TURMA: 2024-2025

**SUMÉ-PB
2023**

1. IDENTIFICAÇÃO

Denominação do curso:	Curso de Especialização em Educação para as relações étnico raciais e direitos humanos.
Área de conhecimento	Educação. Área de concentração: Educação para as relações étnico raciais
Forma de oferta:	Nas modalidades à distância ou semipresencial.
Titulação:	Especialista em Educação para as relações étnico raciais e direitos humanos
Período:	de Agosto de 2024 a Agosto de 2025
Custeio:	Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoas de nível Superior – CAPES/ Programa Universidade Aberta do Brasil.
Unidade Responsável:	Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Coordenador:	Drº Wallace Gomes Ferreira de Souza Matricula SIAPE: 2081790 E-mail: wallace.gomes@professor.ufcg.edu.br etnicoracial.cdsa.ufcg@gmail.com Tel.: (83) 9.9622-5091/ 3353-1893

2. Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído em 2006 com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública.

Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física.

Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

3. JUSTIFICATIVA

Espera-se do (a) professor (a) uma prática cotidiana onde o fazer pedagógico atente para a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira, facilitando a compreensão da complexidade inerente às relações socioculturais entre as pessoas entendendo que estas têm comportamentos culturalmente diferentes. Essa compreensão possibilitará uma convivência dentro e fora da sala de aula sem hierarquização e estigmatização interculturais, antes o será com o exercício do respeito preceituado em instrumentos legais e requisitado por todas as pessoas. Dessa forma a educação cumprirá a sua missão em contribuir para a construção de mentalidades sociais humanistas uma vez que a função da educação não é negar os conflitos e os diferentes, mas auxiliar o estudante a analisar e perceber-se e desenvolver a auto e a alter percepção, pois ambos são parceiros indissociáveis do processo histórico e cultural.

Esse exercício incide na inserção da questão étnico-racial no currículo, o que na prática representa a implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana neste currículo da educação básica, o que se constitui numa oportunidade dos (as) professores (as) romperem com a compreensão ainda predominante de história e cultura eurocêntrica, ao mesmo tempo em que impõe-lhes a obrigação de trazer aos palcos da história, a África, os (as) africanos (as), os (as) afro-brasileiros (as), suas diferentes expressões culturais, modalidades de resistência e condições de vida em diferentes tempos e espaços. Tais conteúdos são relevantes, uma vez que possibilitarão aos (as) professores (as) romperem o silêncio acerca da história da África e dos (as) negros (as) no Brasil e aos (às) estudantes negros (as) e não negros (as) subsídios indispensáveis a construir outras imagens de si e do (a) outro (a).

A proposta do estudo da educação para as relações étnico raciais apesar do caráter obrigatório, ainda não é uma realidade a todos os municípios brasileiros, visto que poucas redes de ensino público a efetivaram. Logo, colocá-la em prática também, se constitui em um ato de responsabilidade social e de obrigação dos (as) gestores (as) públicos em especial os (as) secretários (as) de educação, professores (as) da educação básica e os (as) professores (as) universitários, que atuam nos cursos de licenciaturas; espaços responsáveis pela formação dos (as) docentes, bem como, de outros profissionais que atuam na escola, a exemplo: psicólogos, bibliotecários e assistentes sociais.

Neste sentido a efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula é uma obrigação destinada à rede pública de educação básica, no entanto, essa obrigatoriedade passa pela formação docente, haja vista, o fato de que a maioria dos (das) professores (as) durante o período de formação nas universidades não tiveram acesso a tais conteúdos e, por isso, se julgam despreparados (as) a trabalhá-los, ou dizem não haver material didático que garanta esse exercício, mesmo após 20 anos da promulgação da Lei 10.639/03, o

trato às questões étnico-raciais nos currículos da educação nacional ainda representam uma fragilidade e uma luta. Logo, implementar tais conteúdos no currículo escolar exige que as instituições gestoras e promotoras da educação cumpram seu papel político educativo, na perspectiva de garanti-los mediante a continuidade da formação, e assim assegurem aos (às) docentes o acesso às novas abordagens de conteúdos, metodologias, e materiais didáticos necessários a que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana sejam trabalhados em sala de aula e a educação das relações étnico raciais se efetive.

Visando colaborar com a educação das relações étnico-raciais e a obrigatoriedade da implementação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura-NEPEC, oferecerá aos (às) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da rede pública de educação básica da Paraíba e Pernambuco o curso de formação: **EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIREITOS HUMANOS.**

O referido curso está em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como com o Plano Nacional de Implementação de tais diretrizes, cujo propósito é a melhoria do ensino na escola pública, e a implantação da educação étnico racial e por extensão o respeito e valorização às expressões e manifestações culturais das pessoas negras, atentando para o espaço local, a sua diversidade cultural e as relações de gênero. Além disso, o curso também respalda as legislações mais amplas que têm surgido em defesa da população negra, à exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, que preconiza, dentre outros aspectos, o direito à participação nas atividades educacionais pautadas na defesa de seus valores sócio-culturais.

Partindo do pressuposto de que os conteúdos e as abordagens com que os (as) professores (as) trabalham em sala de aula são relevantes, visto que através deles os (as) estudantes constroem e reconstroem autoestima e alteram imagens, a ausência da história e cultura afro-brasileira e africana no cotidiano da sala de aula faz perpetuar a ideia de que os comportamentos culturais africanos e por extensão os das pessoas negras no Brasil não são estudados, porque elas não possuem uma história, ou porque suas histórias não são importantes para a compreensão da história da humanidade e do Brasil. A consequência dessa realidade é a baixa autoestima e negação dos (as) estudantes negros (as) enquanto sujeitos históricos e a perda dos referenciais culturais e históricos dos (as) africanos (as), perpetuando assim a compreensão eurocêntrica da história.

Logo, incluir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo das escolas da educação básica é mais do que uma obrigação dos (as) gestores (as) e professores (as); representa um compromisso político, um impulsionador à transformação de uma realidade social desigual e um meio de tornar a escola, espaço inclusivo, e de valorização das diferenças

culturais que caracterizam o Brasil e assim tornar a escola uma instituição atrelada às mudanças requeridas pela sociedade.

Não obstante a isso, há o fato de a maioria dos (as) estudantes da escola pública ser negro (a). Por isso, nada mais justo eles (as) terem acesso aos conteúdos que contemplem suas histórias e culturas, e assim se assumam negros e negras, e a escola combata o preconceito racial e promova a educação antirracista, inclusive como uma forma de aprofundar a garantia dos direitos humanos fundamentais das pessoas negras. Assim, a escola promoverá a cidadania e possibilitará a formação de cidadãos e cidadãs capazes de convivência com autoestima, de respeito às diferenças culturais.

4. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

A UFCG, criada pela Lei Nº 10.419 de 09 de abril de 2002, ocorreu a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, à época reconhecida como uma das maiores entre as instituições públicas de ensino superior, não apenas por sua dimensão, mas pelo padrão de qualidade expresso em termos de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmico-científica.

Desde então, jamais divergiu da vocação que encontra respaldo nos princípios da responsabilidade pública e do compromisso social. Ao longo desses anos, construiu uma tradição de excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão que a coloca a serviço do progresso científico e tecnológico, do equacionamento dos problemas sociais e da promoção do desenvolvimento humano.

A UFCG conta com uma estrutura multicampi. O *campus* de Campina Grande, sede da Reitoria, conta com o Centro de Humanidades – CH, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, o Centro de Engenharia Elétrica e Informática – CEEI, o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN e o Centro de Ciências e Tecnologia – CCT. Em Cajazeiras situa-se o Centro de Formação de Professores – CFP; em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS; em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR; em Pombal, o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar – CCTA; em Cuité, o Centro de Educação e Saúde – CES.

Na cidade de Sumé, funciona o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, que foi criado no âmbito do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP), elaborado com o objetivo de democratizar o acesso à Universidade, contribuindo para a consecução das metas do Plano Nacional de Educação, especialmente a ampliação do contingente de jovens de 18 a 24 no ensino superior, a partir de uma mobilização política e social das organizações sociais existentes no território do Cariri

Paraibano. Além do propósito imediato de possibilitar a inúmeros jovens o direito a uma formação profissional de nível superior pública de qualidade, a inserção da UFCG no Cariri Paraibano tem como objetivo contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo.

Destinado a oferecer educação superior pública prioritariamente à população residente no semiárido brasileiro – a que apresenta os menores IDH e IDEB do país – e especialmente aos povos do campo, o CDSA/UFCG desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em duas áreas do conhecimento científico fundamentais para o desenvolvimento sustentável destas populações – a tecnologia, na qual gostaríamos de destacar o Curso de Tecnólogo em Agroecologia; e a Educação, na qual destacamos a oferta da Licenciatura em Educação do Campo.

O CDSA incorpora e ratifica a missão da UFCG na sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para cada atividade de ensino, de pesquisa e de extensão.

Produzir e socializar o conhecimento nos diversos campos do saber, de modo a contribuir para a formação de profissionais qualificados e aptos ao mundo do trabalho e formar cidadãos capazes de atuar na construção da democracia e da justiça social, são desígnios que estão, conforme explícito no Estatuto da UFCG, definidos nos seguintes princípios:

I – a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II – a ética como norteadora da prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;

III – a natureza pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, sendo de responsabilidade da União a garantia de recursos para a manutenção da Instituição;

IV – a transparência, a publicidade, a probidade, a racionalidade, a impessoalidade, a eficiência e a regularidade dos atos e na gestão de recursos da Instituição, com direito ao contraditório;

V – a promoção do caráter multicampi com gestão democrática e colegiada,

mantendo a equidade no tratamento dos recursos humanos, materiais e orçamentários em todas as unidades acadêmicas;

VI – a garantia da transdisciplinaridade do conhecimento e de suas concepções pedagógicas, no exercício da liberdade de ensino, pesquisa e extensão, difundindo e socializando o saber;

VII – a igualdade de acesso e de permanência na Instituição;

VIII – a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, técnico-científico, político, cultural, artístico e ambiental do Estado, da região, do país e do mundo;

IX – o compromisso com a ampliação do ensino público e gratuito, com padrão unitário de qualidade em todos os níveis;

X – o planejamento democrático da Instituição;

XI – a educação propedêutica, voltada para a valorização do trabalho e da vida social.

A UFCG tem tradição no ensino de pós-graduação, notadamente nas áreas de educação, com mais de 30 anos de atividades desenvolvidas no *Campus* de Campina Grande. Uma das experiências mais significativas foram os cursos de aperfeiçoamento e especializações em História e Cultura Afro-Brasileira, bem como, em educação para as relações étnico raciais, tanto nos campus de Campina Grande, como no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), bem como, as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no território do semiárido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC/CDSA/UFCG) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/250505>. O NEPEC busca congregar interessados em estudos/pesquisas que tenham como eixo principal as reflexões acerca dos povos indígenas/originários, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, comunidades ciganas e povos do campo. A criação do NEPEC abre um espaço de cunho acadêmico para as pesquisas sobre a gênese, relações sociais e etnicidade de povos originários e comunidades tradicionais, bem como, as formas pelas quais estes coletivos sociais experimentam e praticam seus territórios, suas religiosidades e se organizam politicamente em busca dos seus direitos sociais e epistêmicos. O núcleo está organizado em 4 (quatro) linhas de pesquisa: **1)** Cultura, Etnicidade e Identificações; **2)** Educação, ensino e letramento racial; **3)** Estado, relações de poder e movimentos sociais; **4)** Imaginário, cultura e povos tradicionais.

5. OBJETIVOS

GERAL

- ✓ Formar professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica de escolas públicas da Paraíba e Pernambuco (rede municipal e estadual) a implantar no currículo escolar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana.

ESPECÍFICOS

- ✓ Formar professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a desconstruir as “verdades” existentes na sociedade sobre os (as) negros (as), a África e a cultura afro-brasileira, de modo a tornar a sala de aula e a escola espaços pluricultural, portanto, de inclusão;
- ✓ Formar os (as) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a reconhecerem os (as) negros (as) como sujeitos da sua própria história, e respeitar suas formas de pensar, conceber a realidade e seu jeito de ser, rompendo assim com as imagens negativas que foram construídas pela história oficial;
- ✓ Formar professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a reorganizar o sistema pedagógico escolar, de modo a alterar o Projeto Político Pedagógico direcionando objetivos e procedimentos para o combate ao racismo e a valorização das histórias e culturas das populações negras;
- ✓ Desconstruir as concepções pedagógicas dos (as) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica com relação à história e a cultura afro-brasileira e africana, quebrando preconceitos e superando a falta de compromisso com a causa da população negra;
- ✓ Possibilitar aos (as) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a estabelecer a integração entre a teoria e as práticas pedagógicas, de modo a que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana possam ser incluídos no currículo escolar;
- ✓ Habilitar os (as) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a compreender as questões relacionadas à diversidade étnico racial e lidar positivamente com elas criando estratégias pedagógicas que possam auxiliar o (a) aluno (a) na construção do saber acerca da história e cultura afro-brasileira e africana;

- ✓ Habilitar os (as) professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a realizar observações na sala de aula e identificar as manifestações explícita e não explícitas de discriminação racial entre os (as) alunos (as);
- ✓ Discutir as políticas públicas voltadas para as populações negras no Brasil, as diretrizes curriculares e a legislação pertinente à inclusão das ações afirmativas para a população negra;
- ✓ Analisar a cultura local e regional e nela identificar as expressões e manifestações pertinentes às populações negras;
- ✓ Construir coletivamente material didático-pedagógico sobre a história e cultura afro-brasileira e africana;
- ✓ Formar professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a desenvolverem ações de promoção, valorização e divulgação da cultura afro-brasileira no espaço escolar e na comunidade onde a escola está inserida;
- ✓ Formar professores (as), gestores (as) e técnicos (as) da educação básica a trabalhar a autoestima dos (as) estudantes negros (as) e não negros (as) através dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana;
- ✓ Evidenciar a presença de homens negros e mulheres negras na construção da história e cultura afro-brasileira na Paraíba.

6. POPULAÇÃO CONTEMPLADA (PÚBLICO-ALVO):

O curso terá como público-alvo preferencialmente:

- Os (as) 100 egressos(as) do curso de aperfeiçoamento promovido em 2023 em parceria com a SECADI (MEC);
- Professores das redes públicas estadual e municipal do Cariri Paraibano, Sertão do Pajeú e Sertão do Moxotó em Pernambuco;
- Lideranças do movimento social com curso de graduação;
- Professores de Escolas Quilombolas e Indígenas.
- Professoras e Professores do Sistema Público de Ensino, em exercício nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas localizadas no território campesino do

Semiárido brasileiro e;

- Gestores(as), supervisores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) de escolas camponesas do Semiárido brasileiro vinculados ao Ensino Fundamental – anos iniciais.

7. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso de **Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais e Direitos Humanos**, toma como eixo pedagógico de suas ações as orientações e princípios expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que regulamenta a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Cumprindo, portanto, o que estabelece a Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Nesta caminhada de construção de espaços de liberdades, direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, portanto, condições sociais de existência, o povo negro tem enfrentado o racismo nas suas muitas formas de manifestação, uma delas é o silenciamento histórico e epistêmico. A história brasileira é marcada por processos de exclusão e negativa de direitos ao povo negro. Expressão desses processos é o silenciamento da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola básica, bem como, na formação inicial e continuada de professores, condição que requer políticas públicas afirmativas voltadas à garantia da equidade entre os grupo socioculturais constituintes da sociedade brasileira. Para tanto, o movimento social negro historicamente tomou a educação como uma das ferramentas estratégicas no enfrentamento dos processos de exclusão e violência vivido pelo povo negro cotidianamente e nestes termos, a demanda por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas.

Conduto, reconhecimento como apontado pelas Diretrizes¹, requer:

¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF, 2004.

- [...] justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.
- [...] a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.
- [...] que se questionem relações étnico raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.
- [...] também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.
- [...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de matriz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.
- [...] que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

As dimensões expressas anteriormente, dão conta do papel que as relações raciais sempre tiveram na sociedade brasileira, definido os melhores postos de trabalho para as pessoas não-negras, bem como, os lugares socialmente em evidências para os brancos e em decorrência disso, trajetórias de vidas subalternizadas e acesso a direitos sociais negados para

as pessoas negras. Pensado esta realidade, Abdias Nascimento², vai nos lembrar que “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social brasileira [...]”(2016, p.97), cenário também identificado por Silvio Almeida³ quando afirma que o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (2016, p21). E avançando na análise, Laila Gonzalez⁴, assevera que o racismo é um dos critérios que demarca a escolha e recrutamento para que os sejeitos ocupem as posições na estrutura de classes. Além do racismo, outro mecanismo que demarca e engedra os processo de exclusão e o sexismo, gerando consequências principalmente para as mulheres negras que são as mais atingidas na categoria de subempregos, tanto como a sobrecarga de trabalho, quanto com a baixa remuneração e falta de reconhecimento naquilo que é produzido por elas.

A educação antirracista é sem duvida um necessário movimento, tendo em vistas, os indicadores de violência contra a população negras apontados por dados estatísticos, bem como, experiências qualitativas de pesquisas nas periferias das grandes cidades por exemplo. O Instituto Sou da Paz aponta que os homens negros são 3,5 vezes mais afeito a serem assassinados de forma violenta por arma de fogo que os não-negros, entre 2012 a 2020, mais de 254 mil homens negros foram assassinados no Brasil vítimas de arma de fogo, o que corresponde a 75% do total de 338 mil mortes. Outro indicador de violencia e exclusão da juventude negra, é o processo de exclusão experienciados pela população negra quando estamos falando de trajetória formativas escolares, quase metade dos homens negros, de 19 a 24 anos, não concluíram o Ensino Médio (IBGE).

Portanto, pensar na formação docente com vistas a construção de uma educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e menos violenta, bem como, para combater a exclusão escolar, garantir o direito à educação e o desenvolvimento integral de todas e todos os estudantes.

8. CARGA HORÁRIA

O Curso terá uma carga horária de 360 horas-aula, assim distribuídas:

FLUXOGRAMA			
Nº	COMPONENTE CURRICULAR	C.H À DISTÂNCIA	ENCONTROS PRESENCIAIS
01	Sociologia, Semiárido e as questões raciais	27h	03h
02	História da África	27h	03h

² NASCIMENTO, Abdias. **O genicídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo-SP: Perspectiva, 2016.

³ ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo.SP: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

⁴ GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

03	Educação, diversidade e letramento racial	27h	03h
04	Filosofia Africana e Afro-Brasileira	27h	03h
05	Religião e Religiosidade Afro-indígena-brasileira	27h	03h
06	Educação Escolar Quilombolas	27h	03h
07	Sociologia do Trabalho e questões raciais	27h	03h
08	Gênero, Sexualidade e o debate racial	27h	03h
09	Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades Tradicionais	27h	03h
10	Fundamentos da Pesquisa em Educação	27h	03h
11	Seminário Especial	27h	03h
12	Seminário de TCC	27h	03h
TOTAL		324h	36h

9. PERÍODO, PERIODICIDADE E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO FORMATIVO

O Curso, que será realizado de agosto de 2024 a agosto de 2025, funcionará na modalidade à distância no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle da UFCG-Virtual (<https://www.virtual.ufcg.edu.br/portal/>) com a previsão de encontros presenciais a cada trimestre⁵ que objetivam a construção de um espaço de sociabilização e consolidação das aprendizagens dos componentes curriculares trabalhados no trimestre a partir das apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelos cursistas no período.

i. Distribuição dos componentes curriculares

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Componentes Curriculares	Sociologia, Seminário e as questões raciais	Filosofia Africana e Afro-Brasileira	Sociologia do Trabalho e a questões raciais	Fundamentos da Pesquisa em Educação
	História da África	Religião e Religiosidade Afro-indígena-brasileira	Gênero, Sexualidade e o debate racial	Seminário especial
	Educação, diversidade e letramento racial	Educação Escolar Quilombolas	Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades	Seminário de TCC

⁵ Os encontros presenciais serão custeados conforme previsão do **Edital 25/2023** COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES/ PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, no item **11.2**. Adicionalmente, para a execução das propostas aprovadas no âmbito deste Edital, a DED/CAPES investirá recursos próprios, de acordo com os limites orçamentários aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), considerando o período de vigência do presente edital, com o intuito de manter as **ações intrinsecamente relacionadas** às atividades acadêmicas, sobretudo: **a realização dos encontros presenciais; o desenvolvimento e produção de recursos educacionais; e o apoio administrativo, tecnológico e pedagógico aos cursos.**

			Tradicionais	
--	--	--	--------------	--

ii. Organização dos Seminários presenciais de socialização e finalização trimestral

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Encontros presenciais	1ª Seminário	2ª Seminário	3ª Seminário	4ª Seminário Apresentação dos TCC's (artigo científico)

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O conteúdo programático do Curso é composto pelos seguintes Componentes Curriculares:

N	Componente curricular	Ementa	CH
01	Sociologia, Semiárido e as questões raciais	O Semiárido no Mundo e no Brasil; Semiárido, definição, características e especificidades; Ocupação e povoamento do semiárido brasileiro; A “emergência” de sujeitos educativos, identitários e das questões raciais no semiárido; Desenvolvimento sustentável e territorialidades no semiárido.	30h
02	História da África	África antes do contato com os europeus; A Cosmovisão africana; A África como berço da humanidade; Povos e diversidade cultural; A África frente o mundo moderno; O contato com os europeus; A exploração da África; A resistência ao domínio europeu; A partilha da África e as independências africanas.; A inserção do africano no Brasil; A captura na África; As expressões da cultura africana no Brasil; As resistências negras e a condição pós 1888; O Movimento Negro Unificado; As ações afirmativas para a população negra.	30h
		Estudo das bases históricas e conceituais dos direitos humanos e diversidade. A educação em direitos humanos, processo histórico,	

03	Educação, diversidade e letramento racial	participação dos movimentos sociais e das instituições políticas, no Brasil e na América Latina. Documentos legais que dão sustentabilidade e efetivação dos direitos nessa área e sua intersecção com os estudos sobre diversidade. As políticas públicas de educação em direitos humanos. Os processos formativos de educação em direitos humanos, nos diferentes espaços educativos.	30h
04	Filosofia Africana e Afro-Brasileira	A filosofia e o multiculturalismo: Conceito de filosofias africanas e afro diaspóricas, seus pontos de conexão e suas peculiaridades. A etnofilosofia. Os conceitos de negritude, ubuntu e o pan africanismo. A literatura filosófica africana. Estudos africanistas e estudos africanos. As filosofias africanas nos seus aspectos filosóficos: éticos; políticos; ontológicos; estéticos e epistemológicos. A lei 10.639/03. A educação antirracista. Reflexões vinculadas à abordagem de temas como preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino.	30h
05	Religião e Religiosidade Afro-indígena-brasileira	Natureza e religiosidade dos (as) africanos (as). Os (as) africanos (as) e seus deuses (as). Religiosidades afro brasileiras, natureza e saúde. A religiosidade como prática de resistência e reinvenção da África. Candomblé, Umbanda e Jurema: símbolos e práticas. O preconceito contra os cultos afro-brasileiros.	30h
06	Educação Escolar Quilombolas	História dos Quilombos no Brasil. Compreender a luta quilombola como geradora de Pedagogias da Resistência Negra no Brasil. A atuação do Estado Brasileiro frente a questão quilombola. Políticas de ações afirmativas para as comunidades quilombolas: avanços e dificuldades. Articulação entre saberes tradicionais e conhecimento universal na organização do currículo escolar. As Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola. A Escola Quilombola a partir dos Parâmetros Curriculares.	30h
07	Sociologia do Trabalho e questões raciais	A compreensão sobre a categoria trabalho e sobre a diversidade da classe trabalhadora atualmente. O entendimento sobre o lugar da	30h

		população negra na formação do mercado de trabalho no Brasil. A força de trabalho de negros (as) no capitalismo. Indicadores socioeconômicos da inserção dos (as) negros (as) no mercado de trabalho na contemporaneidade. Desafios à garantia dos direitos trabalhistas da população negra.	
08	Gênero, Sexualidade e o debate racial	Gênero. Sexualidade. Raça/Etnia. Interseccionalidade. Questões políticas transversais: 'raça' e classe social. O corpo e a sexualidade como questão política de gênero.	30h
09	Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades Tradicionais	Compreender os conceitos de Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades Tradicionais. A chave de leitura para compreender o fenômeno do racismo ambiental será a Ecologia Política de base latino-americana.	30h
10	Fundamentos da Pesquisa em Educação	Conceitos de pesquisa educacional. Metodologia de pesquisa em Educação: pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores e das professoras. A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto.	30h
11	Seminário Especial	Permitir o aprofundamento de determinados pontos estudados em disciplinas anteriores ou mesmo analisar perspectivas ainda não estudadas, que podem ou não estar vinculadas a pesquisas de professores e alunos.	30h
12	Seminário de TCC	Após a integralização de todos os componentes curriculares, desenvolvidas em três momentos presenciais: 1º momento: Apresentação dos relatórios de diagnóstico e estado da arte da pesquisa. Crítica metodológica. Análise e crítica de conteúdo. 2º momento: Métodos e técnicas de coleta e análise de dados na pesquisa. Orientação coletiva e individual da Monografia. 3º momento: Análise teórica e metodológica e qualificação da Monografia.	30h
TOTAL			360h

11. CORPO DOCENTE

Nº	DOCENTE	LATTES
01	Wallace Gomes F. de Souza	Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Desenvolve estudos no campo da Antropologia e Sociologia pesquisando temas como Religião e Religiosidades Afro-brasileiras, etnicidade com ênfase nas comunidades quilombolas, Etno história/ Sócio gênese, metodologia das Ciências Sociais e ensino. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino de Sociologia (ProfSocio). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura-NEPEC. Membro da Associação Brasileira de Antropologia - ABA. http://lattes.cnpq.br/5710716878516059
02	Denise Xavier Torres	Pedagoga (2010) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra em Educação (2013) pela UFPE e Doutora em Educação (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. É professora Adjunta I da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) - Campus Sumé. É professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande. Atua como pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo, formação de professores/as e práticas pedagógicas - NUPEFORP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, atuando nas seguintes linhas de pesquisa: Educação do Campo, Políticas Educacionais e Práticas Educativas na Convivência com o Semiárido; e Formação de professores(as) do campo, processos de ensino e saberes da docência. Principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação docente, Movimentos Sociais Campesinos, Currículo, processos de Ensino-Aprendizagem, Avaliação Educacional com foco em Avaliação da Aprendizagem, tendo como lente teórica os Estudos Pós-Coloniais. http://lattes.cnpq.br/6913539254861756
03	Sônia Maria Lira Ferreira	Possui graduação em Bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (1992), graduação em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (1993) e mestrado em Filosofia (Ufpe-Ufpb-Ufrn) pela Universidade Federal da Paraíba (2006); Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Atualmente, é professora do ensino superior da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação docente, ensino, fenomenologia, liberdade, educação, ética e metodologia filosófica. http://lattes.cnpq.br/8440115552221893
04	Rosana de Medeiros Silva	Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS - UFCG). Cientista Social (2019), pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) - Campus Sumé. Mestra em Sociologia (2021) pelo PROFSOCIO/CDSA/UFCG. Possui Licenciatura em Ciências Sociais e tem experiência na área da Educação, Sociologia e Antropologia. Atuando principalmente nos seguintes temas:

		Métodos e Técnicas de Ensino; Ensino e pesquisa em Ciências Sociais; Educação Étnico-Racial, Antropologia das Relações Étnico-raciais; Gênero, Raça e Classe, dando ênfase ao pensamento Feminista Negro. Realiza pesquisas nas Comunidades Quilombolas do Cariri Paraibano. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC). Membro do corpo editorial do periódico: Cadernos de Ciências Sociais (NEPEC/ CDSA/ UFCG). http://lattes.cnpq.br/1263483100996253
05	Valdonilson B. dos Santos	Professor Associado I (Classe D/Nível I) - Dedicção Exclusiva - da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), lotado na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACiS) do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA-Campus Sumé). Ministra aulas de antropologia e sociologia nas Licenciaturas de Ciências Sociais e Educação do Campo, no curso superior tecnólogo em Agroecologia e no Mestrado Profissional em Rede Nacional em Sociologia (PROFSOCIO/UFCG). É doutor e mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campus II, atual Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sede). É membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Família, Geração, Gênero e Sexualidades (NEFAGGES). Tem experiência na área de Antropologia e Sociologia, com ênfase em Gênero e Família, atuando principalmente nos seguintes temas: homens e masculinidades, estudos de gênero, violência de gênero, violência conjugal, violência contra mulher, identidades culturais, jogos e brincadeiras como elementos simbólicos da cultura e em Ensino de Sociologia. http://lattes.cnpq.br/1806134985702314
06	Luan Gomes dos S. Oliveira	Professor Adjunto II do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACIS), do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente colabora como docente com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) a nível mestrado acadêmico da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Educação (Linha de pesquisa - Fundamentos da Educação - Sociologia e Antropologia da Educação) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É formado em Ciências Sociais (UFRN - Licenciado e Bacharel com ênfase Sociologia -Antropologia), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Linha de pesquisa Sociologia Ambiental e Rural e Ecologia Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Colaborou como docente convidado do Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba (PRODEMA/UFPB/Campus João Pessoa) lecionando a disciplina de Sociologia (2019, 2020, 2021). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, formação de professores/as e práticas pedagógicas - Nupeforp/UFCG. É Coordenador Adjunto de um projeto de pesquisa com aprovação de financiamento em edital universal do CNPq - Boas Práticas de Enfrentamento à COVID-19 no Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, dentro da Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit N° 07/2020 - Pesquisas

		<p>para enfrentamento da COVID-19, com vigência de 2020-2022. É membro pesquisador associado da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), membro da Rede de Estudos Rurais. É membro pesquisador da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). É membro Associado - Colaborador da Associação Brasileira de Antropologia - ABA. Membro pesquisador da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN. Membro pesquisa da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Membro pesquisador Associado da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Membro pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociologia do Espaço e do Tempo (NEPESESTE/USP). Pesquisador do Grupo de Estudos em Educação, Saúde, Ecologia Política - ECOS/CNPq. Membro da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-America (REGGSILA). Estuda atualmente fundamentos sociohistóricos-antropológicos da Educação, Educação do Campo, Ecologia Política, Gênero e Populações Ciganas. Publicou o livro "Notícias do Oco do Mundo - Cartas para uma antropolítica da educação" (2020). http://lattes.cnpq.br/2784352958535431</p>
07	Hiago Trindade de Lira Silva	<p>Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (UACIS/CDSA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS) e pesquisador da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista - REMIR-Trabalho (IE/CESIT/Unicamp). Atualmente é estudante do curso de bacharelado em Arte e Mídia pela UFCG e escreve para a coluna "Trilhando arte" do jornal Brasil de Fato - PB. Interessa-se, particularmente, por estudos e debates na área da Crítica da Economia Política, Sociologia do Trabalho e Arte e Mídia. http://lattes.cnpq.br/2771002230887296</p>
08	Emanuelle Cristina da S. Fernandes	<p>Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Etnicidade e Pesquisa- NEPEC. Docente do curso de Pedagogia da AESA. Diretora do Departamento de Educação Inclusiva e Diversidade na Secretaria de Educação de Pesqueira-PE. Mestranda em Ensino de Sociologia pela UFCG-Universidade Federal de Campina Grande- Campus/Sumé. Graduada em Serviço Social, realizado pelo(a) Universidade Pitágoras- UNOPAR. Graduada em Licenciatura em Pedagogia realizado pelo(a) ISEP- Instituto Superior de Educação de Pesqueira. Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial pela Universidade Candido Mendes. Pós- graduada em Neuropedagoga Clínica e Institucional pela FAFIRE- Faculdade Frassinetti do Recife e Especialista em Direitos da Criança e do Adolescente pela UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenadora da Pastoral do Menor- Regional N2. Membro do Conselho Municipal de Saúde de Pesqueira. http://lattes.cnpq.br/0231895578655879</p>
09	Wagner Berto dos Santos	<p>Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2019); Mestre em Sociologia - PROFSOCIO/CDSA/UFCG (2022); Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC, CDSA, UFCG); Foi professor no Programa de Extensão Universitária em Administração da Saberes Assessoria Educacional; Foi professor de sociologia na Rede Estadual de</p>

		Ensino da Paraíba no período compreendido entre 01/08/2019 e 14/04/2021; Ocupa a função de Diretor da E.C.I.E.E.M. Olavo Bilac, 6ªGRE/SEECT-PB desde 15 de abril de 2021. Desenvolve pesquisas no âmbito das seguintes áreas do conhecimento: Educação, Sociologia, Antropologia, Ciência Política. http://lattes.cnpq.br/2347110696508352
10	Rafael de Farias Ferreira	Coordenador do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Maria Bezerra da Silva, localizada no município de Zabelê, Pedagogo na Secretaria Municipal de Educação de São João do Tigre. Licenciatura em Geografia, pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde (2008), e, concomitantemente, me dediquei ao Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009) e a Curso de Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Mestrado em Formação de Professores, pela Universidade Estadual da Paraíba (2016). Atualmente, sou discente do Programa de Pós-graduação em Educação, no Doutorado, na Linha de Políticas Públicas Educacionais, pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/8704111253995663
11	Aldinete Silvino de Lima	Doutora em Educação Matemática e Tecnológica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com pós-doutorado na área de ensino de Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE. Mestre em Educação Contemporânea pela UFPE, Centro Acadêmico do Agreste. Possui Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - PE. Especialização em Avaliação Educacional em Matemática pela UFPE. Participou do Programa Intercalar de Doutorado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Portugal) na área de Didática da Matemática no período de 1 de abril a 31 de julho de 2017 com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Participa do Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Processos Educativos (GPENAPE), do Grupo de Pesquisa em Educação Matemática nos Contextos da Educação do Campo (GPEMCE) da UFPE e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Aprendizagem da Matemática na Educação do Campo (GEPEAMEC) da UFRB. É vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Diversidade (GEPED) da UFRB. Foi professora de escolas do campo da rede de ensino do município de Tuparetama - PE. Atuou como professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com atuação no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e no Mestrado Profissional em Educação Científica, Inclusão e Diversidade (PPGECID) do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) no período (2017- 2022). Desde junho de 2022 é professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande e atua na Unidade Acadêmica de Educação do Campo, vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA). Tem experiência na área de Educação, Ensino de Matemática, Educação do Campo, formação de professores, gestão escolar e coordenação pedagógica de projetos com ênfase em Educação do Campo. http://lattes.cnpq.br/7418494748398866
		Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. É mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (2002) e doutor em

12	Paulo Cesar Oliveira Diniz	Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Realizou estágio pós-doutoral pelo Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ) no ano de 2018. Tem se dedicado à área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Sociologia do Desenvolvimento (atuando principalmente nos seguintes temas: convivência com o semiárido, agricultura familiar e agroecologia, movimentos sociais rurais; políticas públicas e desenvolvimento rural e ensino de extensão rural). Foi professor da UFRPE entre 2008 e 2012 e atualmente é professor de Sociologia no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA/UFCG. http://lattes.cnpq.br/7819000664910614
13	Melânia Nóbrega Pereira de Farias	Possui graduação em Ciências Sociais (bacharel em Antropologia) pela Universidade Federal da Paraíba (2001), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2017). Atualmente é professora efetiva T-40 DE da Universidade Estadual da Paraíba - Campus VI. Também é professora permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional PROFSOCIO/UFCG/CDSA. Vice Líder do grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos e Pesquisas em Etnicidade e Cultura (NEPEC) (UACIS/CDSA/UFCG) cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: etnicidade, identidade negra, cultura e educação, políticas de ação afirmativa no campo da Educação (cotas étnico-raciais no ensino superior), cultura e linguagem, leitura interdisciplinar da obra literária e educação e direitos humanos.
14	Elenilda Sinésio Alexandre da Silva	Possui graduação em Ciências pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (2004), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2015), especialização em Supervisão e Orientação Escolar pela Faculdades Integradas de Patos (2011). Mestrado em Ciências Sociais (2019) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é Professora do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Monteiro e Professora de Ciências da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro. http://lattes.cnpq.br/4430232190269768
15	Carla Mailde Feitosa Santa Cruz	Possui graduação em Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal de Campina Grande (2013) e mestrado em DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS pela Universidade Federal da Paraíba (2017). http://lattes.cnpq.br/9113071813441768
16	Katia Ramos Silva	Bacharel (2009) e Licenciada (2010) em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre (2012) em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora (2017) em Sociologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, também na UFPB. Professora adjunta I da Universidade Federal de Campina Grande, lotada no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA/UFCG, Campus Sumé. Como pesquisadora, atua principalmente nos seguintes temas: Velhice, geração, família, educação. http://lattes.cnpq.br/7425924217515123

12. METODOLOGIA

A implementação da educação das relações étnico raciais e dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica não se fará mediante a criação de uma disciplina específica, mas a partir da intervenção do (a) professor (a) no currículo da escola e da disciplina com que trabalha.

Logo, sua ação nesse exercício passa pelo compromisso político em tornar a sala de aula, a escola e os conteúdos que ministram aos estudantes, meios de promoção da educação antirracista, e desta feita colaborar com a valorização da história e cultura das pessoas negras. Isso exige do (a) professor (a) mudança de comportamento na perspectiva de que a educação das relações étnico raciais se torne realidade na escola.

Para tanto, os (as) professores (as) através dos conteúdos pertinentes à história e cultura afro-brasileira e africana proposto em cada módulo terão acesso ao processo civilizatório dos africanos na perspectiva de que redimensionam os currículos com que trabalham. Os conteúdos serão trabalhados a partir das diversas fontes e métodos, tais como: literatura, fotografia, cordel, livros didáticos, depoimentos orais, documentos históricos, filmes, documentários e jornais, todos disponibilizados na Plataforma Moodle.

No final do curso cada cursista produzirá um trabalho de conclusão de curso (TCC), na modalidade de artigo científico, em parceria com seu respectivo orientador/orientadora levando em consideração os temas/conteúdos abordados pelos componentes curriculares ministradas ao longo do curso.

As reflexões/pesquisas elaborados pelos cursistas que dará origem ao TCC (Artigo científico) deve ser compreendido como momento de sistematização com fins a inserção dos temas/conteúdos abordados pelos componentes curriculares em ações práticas do cotidiano escolar através da inseridos dos debates da educação para as relações étnico raciais e direitos humanos nas propostas e ou PPP que deverão ser abordados a partir da experiência civilizatória dos (as) africanos (as), e da realidade na qual o (a) professor (a) esteja inserido. Deste modo o ponto de partida, assim como o de chegada é a diversidade étnico racial que compõem a sociedade brasileira. Assim essa civilização sairá da condição de coadjuvante e passará a ser o centro das discussões no sentido de proporcionar aos docentes perceberem que a África, os (as) africanos (as), assim como as pessoas negras no Brasil possuem história e que elas são importantes para a compreensão da sociedade brasileira. Esse exercício também os auxiliará a construir as suas identidades étnicas, o que se constitui num meio de combater o preconceito racial. A perspectiva é a de que o docente trabalhe os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana durante o ano letivo, partindo da realidade local para o geral, e assim

possibilite aos estudantes negros e não negros perceberem que a história e cultura afro-brasileira e africana não lhes são estranhas, mas fazem parte do seu cotidiano.

O curso "**Educação para relações étnico raciais e direitos humanos**" será realizado na modalidade de Educação a Distância (EaD), visando assim um espaço para a inclusão social e educacional através da inclusão digital. Neste contexto, a multiplicidade dos hipertextos, links e diversas janelas abertas propiciam aos/às sujeitos envolvidos uma conexão com o mundo e a sociedade contemporânea, possibilitando assim uma nova prática social de ensino-aprendizagem e produção de saber.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA

Para as atividades que serão realizadas virtualmente através do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, contamos com o suporte técnico da Coordenação de Educação a Distância (CEAD). Em relação às atividades presenciais a cada trimestre, contamos com sala de aula compatível com o número de alunos das respectivas turmas, dotada de infraestrutura convencional, laboratório de informática, biblioteca do respectivo *Campus* à disposição dos docentes e dos alunos, equipamentos didáticos auxiliares necessários ao pleno desenvolvimento do projeto pedagógico, além de instalações de suporte, complementares, características do referido *campus*.

14. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Os critérios abaixo são preferenciais e não excludentes. Pré-requisitos e condições para ingresso no Curso, comprovados pelo candidato no ato da sua inscrição às vagas ofertadas, são os seguintes:

- a) Ter concluído curso de graduação, com habilitação em Licenciatura;
- b) Estar em efetivo exercício do Magistério em escola pública da Educação Básica, localizada na região semiárida brasileira, preferencialmente de município do cariri paraibano, Sertão do Pajeú e Sertão do Moxotó pernambucano ou estar desempenhando funções de gestão, supervisão ou orientação pedagógica nas escolas ou desenvolver trabalho de educação popular em espaços não escolares;
- c) Ter disponibilidade de tempo para poder participar efetivamente dos momentos presenciais do Curso que aconteceram a cada trimestre.

Para a seleção dos candidatos cujas inscrições tiverem sido homologadas, serão adotados os seguintes instrumentos: apresentação de carta de intenção expondo a

relação do curso com sua atuação/trajetória profissional, entrevista e análise do *curriculum vitae*.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação se efetuará, durante o curso, com base em provas escritas, seminários trabalhos escritos, (artigos, resenhas e/ou relatórios), acompanhamento do desempenho do(a) aluno(a) em atividades práticas ou outras atividades desenvolvidas a critério do docente do respectivo componente curricular, e, ao final do curso, com base na defesa pública do artigo científico construído em parceria com o respectivo orientador/orientadora. O processo de avaliação será permanente, sendo observada e computada a participação do aluno no desenvolvimento das atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem (Moodle - UFCG Virtual), bem como, nos seminários presenciais de finalização e culminância pedagógica, realizados a cada trimestre.

As notas atribuídas às atividades e o grau final em cada componente curricular serão expressos em números com até uma casa decimal, sendo aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete). O aluno que for reprovado em 2 (dois) componentes curriculares será desligado do curso.

A avaliação do desempenho dos professores será efetuada mediante acompanhamento pela coordenação do curso juntamente com o colegiado do mesmo, considerando o desempenho no componente curricular assumido e o seu compromisso para com essa atividade, bem como pelos cursistas, a quem cabe sugerir substituição do docente que não esteja atendendo, satisfatoriamente, às exigências do curso. Quanto à coordenação, ao atendimento administrativo e às instalações físicas, a avaliação do seu desempenho caberá tanto aos professores como aos cursistas, com a mediação do colegiado do curso.

16. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

A frequência mínima do aluno exigida pelo Curso será de 75% na participação das atividades presenciais programadas para serem realizadas a cada trimestre, adotando-se como forma de controle a lista de presença de alunos a tais atividades, bem como, a frequência e realização das atividades no ambiente virtual de aprendizagem (Moodle - UFCG Virtual). Será obrigatória a realização de todas as atividades no ambiente virtual de aprendizagem e a participação do aluno em todas as atividades programadas para cada componente curricular, de acordo com a forma de controle definida pelo professor do respectivo componente curricular e previamente por ele informada aos alunos e à

Coordenação do Curso. No caso específico da frequência no ambiente virtual de aprendizagem esta será computada mediante a realização das atividades programadas por cada componente curricular.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO

Para a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso, exigirá-se do aluno a integralização da totalidade dos créditos dos componentes curriculares oferecidos de acordo com o cronograma do Curso. Adicionalmente, exigirá-se a produção de um **artigo científico em parceria com o respectivo orientador/orientadora**, cujo tema deve abranger a educação para as relações étnico raciais e direitos humanos focalizando os temas/conteúdos abordados durante o Curso e que seja submetida a uma defesa pública de qualificação que acontecerá no Seminário presencial de TCC, atividade que reunirá todo o corpo docente e discente do curso com a finalidade de socialização/apresentação dos trabalhos finais do curso (TCC - artigo científico).

Sobre o Seminário presencial de TCC, este será organizado em grupos de trabalhos (GT's) temáticos a partir dos levantamentos dos temas desenvolvidos nos artigos científicos produzidos pelos discentes como trabalho final de curso. Cada GT, terá a coordenação de um dos membros do corpo docente do curso ou convidados que procederá a avaliação dos TCC apresentados em ficha de avaliação própria, que será posteriormente encaminhada à Coordenação para registro do resultado da avaliação do TCC no histórico escolar do discente.

Na ficha ao final da avaliação dos critérios descritos na mesma, o avaliador/avaliadora deve registrar como resultado da avaliação os seguintes itens: **1) APROVADO; 2) REPROVADO; 3) APROVADO COM NECESSIDADE DE CORREÇÕES**. No caso dos trabalhos aprovados com necessidade de correções, os discentes terão até 30 dias após a apresentação para realizar a entrega do trabalho, devidamente corrigido na Coordenação através do formulário eletrônico de entrega de TCC.

18. CERTIFICAÇÃO

O certificado de conclusão do Curso será expedido pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFCG, acompanhado do respectivo histórico escolar, do qual constarão:

- a) A relação dos componentes curriculares, sua carga horária, a nota ou conceito obtido pelo aluno, o nome e a titulação do professor responsável;

- b) O período em que o curso foi ministrado e sua duração total em horas;
- c) A declaração de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução nº. 01/07 da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), e das Resoluções nº. 03/2006 e nº. 16/2006, ambas da CSPG/UFCG.

19. INDICADORES DE DESEMPENHO

Para avaliação global do Curso, serão adotados os seguintes indicadores: números de alunos concluintes, média de desempenho dos alunos, índice de evasão e possíveis causas, produção técnico-científica e grau de inserção dos egressos em atividades voltadas ao aperfeiçoamento das políticas e práticas educacionais de suas respectivas Escolas, na perspectiva da Educação para Convivência com o Semiárido Brasileiro.

20. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS

1. SOCIOLOGIA, SEMIÁRIDO E AS QUESTÕES RACIAIS

Ementa: O Semiárido no Mundo e no Brasil; Semiárido, definição, características e especificidades; Ocupação e povoamento do semiárido brasileiro; A “emergência” de sujeitos educativos, identitários e das questões raciais no semiárido; Desenvolvimento sustentável e territorialidades no semiárido.

Referência bibliográfica:

1. AIRES, J. L. de Q. et. al. Cultura da mídia, história, cultura e educação do campo. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
2. ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. A invenção do Nordeste e outras artes. Recife: Massangana; São Paulo: Cortez Editora. 1999.
3. BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
4. BURZSTIN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB.
5. CAPRA, F. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix; 2006.
6. CASCINO, F.; JACOBI, P; OLIVEIRA, J. F. de. (Orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.
7. CALDART, R. S. (org.) Caminhos para a transformação da escola: trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
8. CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife/PE: Fundação Joaquim Nabuco. (p. 477-429).
9. CARDOSO, Gil Célio de. A atuação do Estado no desenvolvimento recente do Nordeste. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2007.

10. CHAVES, A. M de O.; WANDERLEY, K.; SILVA, L. Educação do Campo e Agroecologia: formação das/dos educadoras/es da reforma agrária da região nordeste. Okara: Geografia em Debate, João Pessoa, 2020, p. 504-514. DOI: 10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54747.
11. DIAS, N. S.; DANTAS, R. A.; PORTO, V. C. N.; CAMACHO, R. G. V.; VASCONCELOS, C. B. L.; MORAIS, M. A.; SILVA, J. F.; OLIVEIRA, A. M. Agroecologia, recursos hídricos e políticas públicas no Semiárido. EDUFERSA, Mossoró. 2016.
12. DIAS, A.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. Dicionário de Agroecologia e Educação. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
13. FURTADO, Celso. Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1959
14. GONZÁLEZ, M. M. Introducción a la Agroecología. Madrid: Sociedad Española de Agricultura Ecológica, 2011.
15. GÜLLICH, R. I. da C. (Org.) Reflexões acerca da Etnobiologia e Etnoecologia no Brasil. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
16. KÜSTER, A. K.; MATTOS, B. H. O. de M. Educação no contexto do semiárido brasileiro. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
17. MARTINS DE SOUSA, M. L. M. de S.; VIDAL DE OLIVEIRA, V. P.; NOBRE DE SOUZA, A. C.; GOMES DE SOUZA, S. D. A relação sociedade e natureza e a importância da Educação Ambiental para o Semiárido brasileiro:: uma proposta para o ensino superior de Geografia. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v. 39, n. Especial, p. 197–217, 2022. DOI: 10.14295/remea.v39i2.13807.
18. MAIA, A. C.; LEMOS, D. de S.; ANDRADE, T. V. P. Educação do campo na EFA jaguaribana Zé Maria do Tomé: contextualização, agroecologia e Paulo Freire. Okara: Geografia em Debate, João Pessoa, 2020, pp. 532–543. DOI: 10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54688.
19. NONATO, R. P. P. M.; COSTA, A. P. L. Educação ambiental no contexto do semiárido: uma proposta de sequência didática para o ensino de Geografia. Revista Brasileira de Educação em Geografia. Campinas, v. 12, n. 22, p. 05-23, jan./dez., 2022. DOI: 10.46789/edugeo.v12i22.1104
20. PETERSEN, P.; DIAS, A. (org.) Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Brasília: Articulação Nacional em Agroecologia, 2007.
21. ROCHA, S. P. da. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
22. RIBEIRO, D. S. (Org.). Agroecologia na Educação Básica: Questões propositivas de conteúdos e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
23. SABOURIN, E.; CARON, P. Camponeses do sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa, 2003.
24. SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2010.
25. SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M. H. A.; PORTUGUAL, S.; MORAES, F. C.; SILVA, R. F. Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2017.

26. TAVARES, Maria da C. et al (1998). *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
27. TELES, R. Tecnologias sociais para a convivência com o semiárido: uso de cisternas domiciliares em comunidades rurais do Ceará. *Revbea*, São Paulo, v. 15, n. 5, p.320-332, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.9984.
28. WELCH, C. et. al. *Camponeses Brasileiros* (v. 1-9). São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009.

2. HISTÓRIA DA ÁFRICA

Ementa: África antes do contato com os europeus; A Cosmovisão africana; A África como berço da humanidade; Povos e diversidade cultural; A África frente o mundo moderno; O contato com os europeus; A exploração da África; A resistência ao domínio europeu; A partilha da África e as independências africanas.; A inserção do africano no Brasil; A captura na África; As expressões da cultura africana no Brasil; As resistências negras e a condição pós 1888; O Movimento Negro Unificado; As ações afirmativas para a população negra.

Referência bibliográfica:

1. ALENCASTRO, Luis Felipe de – *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
2. BARRY, Boubacar – *Senegâmbia: o desafio da história regional*, Rio de Janeiro, UCAM (Universidade Cândido Mendes), CEA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) e Amsterdam, SEPHIS (South-South Exchange Programme for Research on the History of Development), 2000.
3. BLACKBURN, Robin – *A construção do escravismo no Novo Mundo. Do barroco ao moderno, 1492-1800*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro, Record, 2003.
4. COELHO, Virgílio - Em busca de Kábàsà: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do “Reino do Ndongo”, em *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp 443-477.
5. COQUERY-VIDROVITCH, Catherine – *A descoberta da África. Lugar da História*. Lisboa: Edições70, 2004.
6. CURTIN, Philip D. – Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral, em *História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África*, coordenação Joseph KiZerbo. São Paulo, Editora Ática/UNESCO, 1980, pp 73-89.
7. DAVIS, David Brion – *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
8. DIAS, Jill R. - *O Kabuku Kambilu (c.1850-1900): uma identidade política ambígua*, em *Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp 13-53.
9. FAGE, J. D. – *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1997.– A evolução da historiografia da África, *História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980, coordenador do volume Joseph Ki-Zerbo, pp.43-59.
10. FERREIRA, Roquinaldo – Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerras notráfico angolano de escravos (século XVIII), em *O antigo regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, organizadores João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, Cap 11, pp 339-378.
11. HAMPATÉ BÂ, Hamadou – A tradição viva, em *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. Organizado por Joseph Ki-Zerbo. São Paulo, Ed. Ática/UNESCO, 1980.
12. HAVIK, Philip J. – Comerciantes e concubinas: sócios estratégicos no comércio atlântico na costa da Guiné, *A dimensão atlântica da África*, II Reunião Internacional de História da África, São Paulo, CEAUSP/SDG-Marinha/CAPES, 1997, pp 161-179.
13. HEINTZE, Beatrix - Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630), em *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.1, janeiro/junho 1984, pp.11-59. – O

contrato de vassalagem afro-português em Angola no século XVII, em *Angola nos séculos XVI e XVII*. Estudo sobre fontes, métodos e história. Tradução de Marina Santos. Luanda, Kilombelombe, 2007, pp.387-436.

14. KI-ZERBO, Joseph – *História da África negra I*. Publicações Europa-América, s/d.
15. LAW, Robin – A carreira de Francisco Félix de Souza na África Ocidental (1800-1849), em *Topoi* 2, março de 2001, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro: 7Letras, pp.9-39.
16. LOPES, Carlos – *Kabunké*. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
17. LOVEJOY, Paul E. – *A escravidão na África*. Uma história e suas transformações, tradução Regina Bhering e Luiz Guilherme Chaves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
18. M'BOKOLO, Elikia – *África negra*. História e civilizações. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.
19. MEILLASSOUX, Claude - *Antropologia da escravidão*. O ventre de ferro e dinheiro. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.
20. MILLER, Joseph C. – *Poder político e parentesco*. Os antigos estados mbundu.

3. EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E LETRAMENTO RACIAL

Ementa: Estudo das bases históricas e conceituais dos direitos humanos e diversidade. A educação em direitos humanos, processo histórico, participação dos movimentos sociais e das instituições políticas, no Brasil e na América Latina. Documentos legais que dão sustentabilidade e efetivação dos direitos nessa área e sua intersecção com os estudos sobre diversidade. As políticas públicas de educação em direitos humanos. Os processos formativos de educação em direitos humanos, nos diferentes espaços educativos.

Referência bibliográfica:

1. BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1991.
2. BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos-CNEDH. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; MEC, MJ; UNESCO, 2006.
3. _____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília, 2010.
4. _____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos para Educação Básica e Educação Superior**. Brasília, DF, 2012
5. CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Susana. Educação em Direitos Humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, L.G., ZENAIDE, M. de N e. DIAS, A. A. (org) **Educação em Direitos no Ensino Superior**: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia. J. Pessoa: Edit. Universitária da UFPB, 2010.
6. DALLARI, Dalmo de Abreu. Contextualização histórica da educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos, João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
7. JELIN, Elizabeth e HERBSHBERG, Eric (orgs). **Construindo a Democracia**: Direitos humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina. São Paulo, EdUSP, 2006.
8. PADILHA, Paulo Roberto. Educação em direitos humanos sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire. In: SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação**: outras palavras, outras práticas. São Paulo: Cortez, 2005.
9. SILVA, Aida Maria Monteiro e TAVARES, Celma. (orgs). **Políticas e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.
10. UNESCO. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2005.

4. FILOSOFIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Ementa: A filosofia e o multiculturalismo: Conceito de filosofias africanas e afrodiáspóricas, seus pontos de conexão e suas peculiaridades. A etnofilosofia. Os conceitos de negritude, ubuntu e o panafricanismo. A literatura filosófica africana. Estudos africanistas e estudos africanos. As filosofias africanas nos seus aspectos filosóficos: éticos; políticos; ontológicos; estéticos e epistemológicos. A

lei 10.639/03. A educação antirracista. Reflexões vinculadas à abordagem de temas como preconceito, racismo, etnocentrismo, relações sociais e pessoais nos diferentes espaços de ensino.

Referência bibliográfica:

1. CASTIANO, J. P. **Referenciais da filosofia africana: em busca da intersubjetivação**. 1. ed. Maputo: Ndjira, Lda, 2010.
2. NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1. reimpressão da 2. edição. São Paulo: Perspectiva, 2017.
3. NOGUEIRA, Renato; **O ensino da filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
4. MALOMALO, Basilele **Filosofia do ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento**. Curitiba-PR: Editora: CRV, 2020.
5. LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Filosofias africanas: uma introdução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira: 2020.
6. OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano sobre os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 15-66. (Texto 4)
7. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista: para familiares e professores**. Campinas-SP: Editora: Planeta, 2023.

5. RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE AFRO-INDÍGENA-BRASILEIRA

Ementa: Natureza e religiosidade dos (as) africanos (as). Os (as) africanos (as) e seus deuses (as). Religiosidades afro brasileiras, natureza e saúde. A religiosidade como prática de resistência e reinvenção da África. Candomblé, Umbanda e Jurema: símbolos e práticas. O preconceito contra os cultos afro-brasileiros.

Referência bibliográfica:

1. BASTIDE, Roger. **Os Candomblés de São Paulo**. São Paulo-SP: Hucitec/Edusp, 1991.
2. BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2001.
3. BIRMAN, Patrícia. **O que é Umbanda**. São Paulo-SP: Brasilienses, 1985.
4. BRUMANA, Fernando G. MARTÍNEZ, Elda G. **Marginália Sagrada**. Campinas-SP: UNICAMP, 1991.
5. CABRAL, Elisa. **A Jurema Sagrada**. João Pessoa: UFPB/PPGS, 1997. (Cadernos de Ciências Sociais).
6. CACCIATORE, Olga. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**. Rio de Janeiro-RJ: Forense Universitária, 1998.
7. CARNEIRO, Edson. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro-RJ: Editorial Andes Ltda, 1954.
8. FERRETTI, Mundicarmo. Pureza nagô e nações africanas no tambor de mina do maranhão. IN: **Ciencias Sociales y Religión/ Ciencias Sociais e Religião**, Porto Alegre, año 3, n. 3, p. 75-94, oct. 2001.
9. MOTTA, Roberto. Antropologia, Pensamento, Dominação e Sincretismo. pp.105-124. IN: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. **Revista Política&Trabalho**. Ano18, nº 18, João Pessoa-PB: Ed. UFPB, set.2002.
10. PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2001.
11. RAMOS, Artur. **O Negro Brasileiro** (Volume I). São Paulo-SP: Graphia, 2001.
12. RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador-BA: P555, 2005.
13. SALLES, Sandro Guimarães de. À sombra da jurema: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra. pp.99-122 IN: Programa de Pós-Graduação em Antropologia-UFPE. **Revista Anthropológicas**. Ano 8, Volume 15 (1), Recife-PE: Ed. da UFPE, 2005.
14. SANTOS. Juana Elbein dos. **Os Nagôs e a morte: pàde, àsèsè e o culto égum na Bahia**. Petropolis-RJ: Vozes, 1976.
15. SILVA, Vagner Gonçalves. **Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileiras**. São Paulo-SP: Ática, 1994.
16. VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás**. São Paulo-SP: Corrupio/ círculo do Livro, 1990.

6. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLAS

Ementa: História dos Quilombos no Brasil. Compreender a luta quilombola como geradora de

Pedagogias da Resistência Negra no Brasil. A atuação do Estado Brasileiro frente a questão quilombola. Políticas de ações afirmativas para as comunidades quilombolas: avanços e dificuldades. Articulação entre saberes tradicionais e conhecimento universal na organização do currículo escolar. As Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola. A Escola Quilombola a partir dos Parâmetros Curriculares.

Referência bibliográfica:

1. ALMEIDA, Mariléa de. **Territórios de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. 1ª ed. São Paulo: Elefante, 2022.
2. BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília. 2013.
3. BRASIL. **Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Ministério da Educação, Brasília. 2012.
4. CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e antirracismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Summus, 2001.
5. HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.
6. HOOKS, bell. **Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.
7. MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Escola, práticas pedagógicas e relações raciais: a comunidade remanescente de quilombo de São Miguel**, 2003.
8. MOURA, Glória. **Aprendizado nas comunidades quilombolas: currículo invisível**. In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha de; PINTO, Ana Flávia Magalhães. (Org.) **Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
9. MUNANGA, K. **Origem e Histórico do Quilombo na África**. Revista USP, São Paulo, 1996, pp. 56-63.
10. OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. MARTINS, Rosemary. **Educação escolar quilombola: currículo e culturas afirmando negras identidades**. Poesis – Revistado Programa de Pós-graduação em Educação, Tubarão, v.8, n.13, p.189202, Jan/Jun 2014.
11. REIS, M. C. G. (2016). **EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA**. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 8(19), 121–139.
12. RURAIS QUILOMBOLAS, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras CONAQ; **Terra de Direitos- Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. 2018.
13. SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília M. CARVALHO, Maria Celina P. de. **A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas**.
14. SILVA, Givânia Maria da; SILVA, Romero Antônio de Almeida; DEALDINA, Selma dos Santos. **Educação quilombola: Territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. 1 ed. São Paulo: Jandaíra, 2020.
15. SILVA, Luciana P. da. TAVARES, Helenice M. **Pedagogia de Projetos: inovação no campo educacional**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 236-245, 2010.
16. SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204f. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

7. SOCIOLOGIA DO TRABALHO E QUESTÕES RACIAIS

Ementa: A compreensão sobre a categoria trabalho e sobre a diversidade da classe trabalhadora atualmente. O entendimento sobre o lugar da população negra na formação do mercado de trabalho no Brasil. A força de trabalho de negros (as) no capitalismo. Indicadores socioeconômicos da inserção dos (as) negros (as) no mercado de trabalho na contemporaneidade. Desafios à garantia dos direitos trabalhistas da população negra.

Referência bibliográfica:

1. ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
2. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.
3. ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

4. BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial**, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, 2019.
5. ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
6. FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.
7. KOWARIC, L. **Trabalho e vadiagem no Brasil**. São Paulo: Editora34, 2012.
8. MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**. nº 111. São Paulo, 2012.
9. MATOS, M. B. **A classe trabalhadora: de Marx aos nossos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2018.
10. NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
11. THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.
12. SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.
13. SCHWARCZ, L; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

8. Gênero, Sexualidade e o debate racial

Ementa: Gênero. Sexualidade. Raça/Etnia. Interseccionalidade. Questões políticas transversais: 'raça' e classe social. O corpo e a sexualidade como questão política de gênero.

Referência bibliográfica:

1. BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos feministas**. Nº2\95. vol.3. 1995.
2. BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio. 2005.
3. BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006.
4. FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.) **As Políticas do Livro Didático e Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Livros Didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014b.
5. FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
6. FERREIRA, Aparecida de Jesus. (Org.). **Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade: Perspectivas Contemporâneas**. 1. ed. Ponta Grossa: EDUPEPG, 2014a.
7. FERREIRA, Aparecida de Jesus; JOVINO, Ione; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Org.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas: Pontes, 2014c.
8. FRANÇA, Fabiane Freire; FELIPE, Delton Aparecido. **Gênero e raça na educação escolar: diálogos com docentes para a diversidade**. *Revista Diversidade e Educação*, v. 6, n. 1, Jan.-Jun., p. 39-47, 2018. doi: 10.14295/de.v6il.7926 E-ISSN: 2358-8853.
9. GUIZZO, B. S.; RIPOLL, Daniela. Gênero e sexualidade na educação básica e na formação de professores: limites e possibilidades. **HOLOS**, Ano 31, Vol. 6, 2015. ISSN 1807-1600.
10. MATTOS, Amana Rocha. Para racializar o debate de gênero e sexualidade nas escolas: desafios teóricos-metodológicos. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X
11. RHODEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p. 157-174, jan./abr. 2009.
12. ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais no ensino de história: um relato de experiência. In: **Rev. Edu. Foco**, Juiz de Fora Vol. 26, 2021 - Especial e26025.
13. SÁ, Tereza Cristina Soares de; LEITÃO, Luciana Santos. RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: resistir para garantir. retroceder, jamais! **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 406-412, mai./ago. 2019. ISSN 2675-1291

14. SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante (orgs.). **Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidade e classe social.** Salvador: EDUFBA, 2020. 497 p. ISBN: 978-65-5630-045-0
15. SILVA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena Maria Billig (orgs.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação** [recurso eletrônico]. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

9. Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades Tradicionais

Ementa: Compreender os conceitos de Racismo Ambiental, Territorialidades e Comunidades Tradicionais. A chave de leitura para compreender o fenômeno do racismo ambiental será a Ecologia Política

Referência bibliográfica:

1. ACSERALD, H. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental.** Estudos Avançados, vol. 24, n. 68, 2010. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100010&lng=pt&nr m=iso&tIng=pt
2. ALMEIDA, Daniela. **RACISMO AMBIENTAL E A DISTRIBUIÇÃO RACIALMENTE DESIGUAL DOS DANOS AMBIENTAIS NO BRASIL.** Departamento de Direito/PUC/RIO.
3. BULLARD, Robert Doyle. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.
4. HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental.** InterfacEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. 2006. P. 1-20.
5. HERCULANO, Selene. **RACISMO AMBIENTAL, O QUE É ISSO?** www.professores.uff.br/seleneherculano/textos.
6. PAES E SILVA, Lays Helena. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro.** e-Cadernos CES [online], 17 | 2012, colocado online no dia 01 setembro 2012, consultado a 30 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1123>; DOI: 10.4000/eces.1123
7. PACHECO, Tânia. **Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental.** Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p.11-23.

10. FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Ementa: Conceitos de pesquisa educacional. Metodologia de pesquisa em Educação: pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores e das professoras. A base conceitual para o estudo da estrutura metodológica do projeto de pesquisa. Etapas da construção do projeto.

Referência bibliográfica:

1. ANDRÉ, M. E.; LIMA, M. E. C. C.; Júnior, G. A.; BRAGA, S. A. O papel da pesquisa na formação prática dos professores. Campinas, SP: Papirus, 2001.
2. BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2002.
3. HOLLIDAY, Oscar Jará. Para sistematizar experiências. João Pessoa: UFPB, 1995.
4. LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas/UFMG, 1999.
5. VASCONCELLOS, Maura Maria Morita. Aspectos pedagógicos e filosóficos da Metodologia da Problematização. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas (Org.). Metodologia da Problematização: Fundamentos e Aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.
6. BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O Professor Pesquisador: Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
7. CHIZZOTTI. Pesquisas Qualitativas nas Ciências Humanas. SP, Cortez, 2007.
8. GATTI, Bernadete A. Construção da Pesquisa em Educação no Brasil. Brasília: Edit. Líber Livro, 2008.
9. LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

10. LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa – uma introdução – Elementos para uma Análise Metodológica. SP: EDUC, 1998.

11. SEMINÁRIO ESPECIAL

Ementa: Conteúdo variável - permitir o aprofundamento de determinados pontos estudados em componente curriculares ministrado ou mesmo analisar perspectivas ainda não estudadas, que podem ou não estar vinculadas a pesquisas de professores e alunos.

Referência bibliográfica: De acordo com as temáticas estudadas

11. SEMINÁRIO DE TCC

Ementa: Reflexão metodológica e epistemológica sobre o trabalho de pesquisa. Elaboração do artigo científico. **1º momento:** Apresentação dos relatórios de diagnóstico e estado da arte da pesquisa. Crítica metodológica. Análise e crítica de conteúdo. **2º momento:** Métodos e técnicas de coleta e análise de dados na pesquisa. Orientação coletiva e individual da Monografia. **3º momento:** Análise teórica e metodológica e qualificação da Monografia.

Referência bibliográfica:

1. CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
2. FIORIN, J. L. **Elementos de Análise de Discurso.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 1999.
3. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999, p.202.
4. GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2011.
5. LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O Discurso do Sujeito Coletivo:** uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUSC, 2000.
6. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica,** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p.315
7. MINAYO, Maria Cecília Soares. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Abrasco 2006.
8. POUPART, Jean. Et al. **A Pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
9. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2002.
10. THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1985.